

Controle institucional na governança corporativa: uma análise das reformas nas empresas estatais chinesas

GUSTAVO ERLER PEDROZO¹

O desempenho econômico apresentado pela China nos últimos 30 anos é conhecidamente o mais vigoroso entre os países em desenvolvimento. Os fatores que levaram a esse dinamismo são diversos e devem ser compreendidos dentro do contexto da crise de acumulação capitalista dos anos 1970, que resultou no movimento de liberalização e desregulamentação financeira a que as décadas seguintes assistiram. Por outro lado, fatores da estratégia chinesa de desenvolvimento e inserção internacional foram importantes para a manutenção dessa dinâmica de crescimento, e nesse sentido podemos mencionar: a reestruturação das atividades rurais; as políticas chinesas de incentivo ao desenvolvimento industrial e diversificação das formas de propriedade, a reestruturação do setor público estatal, as políticas de promoção de exportações em que a política cambial desempenhou papel fundamental e as formas de financiamento e atração de capital internacional por meio de um maior controle da movimentação desses capitais nas bolsas de Shenzhen e Shanghai e da diversificação legal dos investimentos estrangeiros diretos².

Dentre esses fatores, o setor público estatal é considerado, por certa parcela da literatura, peça chave do investimento e estímulo do mercado interno³, apesar de, relativamente, perder espaço em sua participação no Produto chinês e no emprego de mão-de-obra para outros tipos de propriedade, incentivadas a se desenvolverem nos últimos anos. Antes de significar um mero enfraquecimento do setor público estatal perante as outras formas de propriedade (privada e coletiva⁴ principalmente) essa queda

¹ Mestrando em Relações Internacionais e Desenvolvimento – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais UNESP/Marília. Bolsista CNPq. Integrante do Grupo de Pesquisas dos BRIC.

² Dependendo do setor do investimento, a entrada desses capitais na China passa por uma triagem que os classifica e os encaminha segundo os seguintes critérios: encorajados, permitidos, restritos e proibidos.

³ Cf. MEDEIROS, C. A. Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China.

⁴ As Township and Villages Enterprises tiveram um vultoso crescimento em participação no PIB chinês. Cf. MASIERO, G. Origens e Desenvolvimento das *Township and Village Enterprises* (TVEs) chinesas. **Revista de Economia Política**, vol. 26, n.3, pp. 425-444, jul-set 2006.

na participação das empresas de propriedade estatal pode ser entendida como uma estratégia de longo prazo em que os dirigentes chineses pretendem diminuir a participação direta do Estado nos assuntos econômicos, num claro contraponto ao modelo de planificação do período maoísta.

Esse processo de afastamento do Estado dos assuntos cotidianos da administração de suas empresas, antes geridas por um comitê central que elaborava os planos anuais e determinavam o que as unidades produtivas deveriam produzir, foi gradual e contou com certo “experimentalismo” para moldar os órgãos e instituições criadas para gerir esse aspecto da reforma. O último passo dado pelo governo chinês nesse sentido foi a criação da *State Assets Supervision and Administration Commission* (SASAC)⁵, que tem por objetivo gerir os ativos estatais, melhorando seu desempenho. Assim, temos por hipótese que o objetivo do governo central, ao se afastar das tarefas de administração das empresas estatais, não é deixar de controlá-las, mas sim tornar esse controle mais eficiente e capaz de adequar tais empresas aos níveis de competitividade do mercado global.

Para tanto, além desta introdução, este texto se estrutura da seguinte maneira: 1) como ponto de partida para compreender o as reformas das empresas estatais e seus objetivos, apresentaremos, sucintamente, o legado do período maoísta; 2) discutiremos a alteração do papel das empresas estatais na estratégia de desenvolvimento chinesa; 3) faremos um levantamento histórico das principais medidas de reestruturação do setor produtivo estatal, tendo em vista a importância de se apreender o processo gradual de reforma; 4) por fim analisaremos a atual concepção de controle e gestão das empresas estatais sob supervisão da SASAC, por meio da análise do documento.

O legado produtivo do período maoísta

Para nos aproximarmos dessa questão é necessário, antes, ter em conta qual foi o legado produtivo do período maoísta. O caminho percorrido pelos chineses durante a consolidação do regime revolucionário foi árduo. Passou pelo período de

⁵ Cf. STATE COUNCIL. **Decree of the State Council of the People's Republic of China: Interim Regulations on Supervision and Management of Enterprise State-owned Assets.** No. 378, may 27, 2003.

recuperação da economia; pelo estabelecimento dos Planos Quinquenais, em acordo com o modelo soviético; pela tentativa desastrosa de aumentar drasticamente a produção de aço durante o Grande Salto Adiante, que resultou na morte de milhões de camponeses chineses por fome; pelo rompimento com a URSS e a adoção de um plano econômico não baseado na acumulação socialista primitiva⁶. Diante dessas tentativas, Oliveira (2004) afirmou que “o maoísmo deu à China uma base de alta tecnologia no terreno militar, mas, tanto aí quanto na indústria civil, os avanços foram sendo obtidos com sérios desequilíbrios no nível das competências e crescente ineficiência”.

Quanto à realidade das unidades produtivas fabris em si pode-se dizer que elas apresentavam, aos olhos dos estrangeiros que as visitavam, um aspecto arcaico, desordenado, improvisado. Muitas vezes a maquinaria necessária à produção era construída na própria fábrica. Ademais a “inobservância das mais elementares regras de segurança, a fraca produtividade e a indiferença dos diretores perante os preços de custo” mostravam que a China estava “longe de pretender o abaixamento dos custos através da especialização e que procura[va] primeiramente saber fabricar pelos seus próprios meios o máximo de materiais” (DELEYNE, 1972, p. 47). Veja os seguintes dados sobre o nível de produtividade das empresas, que serve, para além do mais, ter-se uma noção da competência tecnológica do ramo industrial de um país:

Produtividade Industrial Por Período

Período	Produtividade Industrial (%)
Reconstrução (1949-52)	11,5
Primeiro Plano Quinquenal (1953-57)	8,7
Segundo Plano ou Grande Salto (1958-62)	-5,4
Reajustamento (1963-65)	23,1
Terceiro Plano Quinquenal (1966-70)	2,5
Quarto Plano Quinquenal (1971-75)	1,8
Média (1950-78)	4,6

Fonte: Samir Amin, 1986, p. 77, *apud* MAO; SECCO, 1998, p. 53.

Mao e Secco (1998, p. 61) apontam para outro desajuste da economia chinesa, em que a indústria de bens de produção predominou sobre a indústria leve e de

⁶ Cf. POMAR, W. **A revolução chinesa**. São Paulo: UNESP, 2003. SWEEZY, P. **A sociedade pós-revolucionária**. 1981. DELEYNE, J. **A economia da China**. Lisboa: Dom Quixote, 1972. BETTELHEIM, C. **Revolução Cultural e organização industrial na China**. Graal: Rio de Janeiro, 1979.

bens de consumo visto que “o governo podia anunciar cifras magníficas na produção siderúrgica, por exemplo, mas o cidadão comum não podia comprar relógios de pulso, bicicletas, televisores ou roupas com variedade e facilidade”.

INVESTIMENTOS NA PRODUÇÃO (% Do Total)

Ano	1952	1957	1965	1977	1978
Indústria leve	9,3	8,0	4,1	7,4	6,1
Indústria de base	29,5	44,3	48,0	52,2	50,9

Fonte: MAO; SECCO, 1998, p. 61

Ainda de acordo com Mao e Secco (1998, p. 61), pode-se dizer que o Estado, ao planejar diretamente aquelas poucas empresas maiores, de propriedade estatal, conseguiu manter um bom nível de crescimento delas. Contudo, da parte das inúmeras indústrias menores, de propriedade coletiva, o que ocorria era que não se conseguia manter uma adequada alocação de investimentos. Deleyne (1972, p. 46) afirma que

Embora a empresa industrial disponha de uma certa autonomia de gestão, não tem quaisquer poderes de decisão em matéria de investimento. A quase totalidade dos lucros, se os houver, é transferida para o orçamento do Estado. A decisão de fazer novos investimentos depende dos organismos centrais de planificação.

Portanto, apesar dos altos níveis de crescimento apresentados pela economia chinesa no período que vai, desde o Primeiro Plano Quinquenal, e sua inclinação declarada ao setor de bens de produção, passando pelo Grande Salto e todos os problemas trazidos por ele, até a Revolução Cultural, o planejamento chinês apresentou sérios desajustes. Ou seja, o planejamento econômico chinês foi bem sucedido em desenvolver tecnologias militares, ou mesmo desenvolver alguns setores importantes de sua economia que ficavam sob responsabilidade direta do comitê de planejamento, mas esbarrou em dificuldades no que concerne ao desenvolvimento do setor de bens de consumo, e no desempenho das indústrias em geral.

O atual papel das empresas estatais no paradigma de desenvolvimento chinês

As tentativas de compreensão do desenvolvimento chinês são dificultadas pela magnitude e velocidade com que ocorrem as transformações naquele país, mas também pelo forte caráter ideológico que assume essa discussão. De acordo com Pires (2011) “A estratégia chinesa de desenvolvimento [...] pode ser compreendida de diferentes maneiras, ao gosto dos pressupostos teóricos dos analistas”. Yasheng Huang (2008) defende que se esteja caminhando para um “capitalismo com características chinesas”. David Harvey (2005) entende haver um “neoliberalismo com características chinesas”. Para o discurso oficial do governo⁷, desde 1992, é o “socialismo de mercado” que adquire “características chinesas”. Independente do conceito classificatório que se utilize como ferramenta para compreender o sistema político, econômico e social em transformação, as “características chinesas” parecem ser o elemento mais recorrente na literatura.

Portanto, ao utilizarmos o termo *paradigma de desenvolvimento* queremos diferenciá-lo de *modelo de desenvolvimento*, tal como nos indicou Masiero (2006, p. 426):

Um modelo econômico reflete a elaboração empírica de um tipo ideal com a intenção de construir uma análise econômica intelectual de um processo particular de desenvolvimento do mundo real. Paradigma, por sua vez, incorpora um conjunto mais ou menos coerente de idéias gerais e princípios — intelectuais, ideológicos, éticos — que indicam a direção e suportam o processo de desenvolvimento.

A concepção de paradigma chinês de desenvolvimento, pois, parece-nos mais adequada para a compreensão de um processo não acabado, em que os dirigentes chineses se valem de um “experimentalismo” pragmático para a adoção desta ou daquela medida econômica, tendo por objetivo norteador o “desenvolvimento das forças produtivas”⁸, ao invés de procurar aplicar determinado modelo pré-existente.

⁷ Em 1992 ocorreu o 14º Congresso do Partido Comunista, que instituiu o “Socialismo de Mercado com Características Chinesas” como o “modelo econômico” a ser seguido.

⁸ Cf. DENG Xiaoping. **To build socialism we must first develop the productive forces**. Disponível em: <<http://www.english.peoplesdaily.com.cn>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

A despeito dessa discussão de caráter metodológico, no entanto, é inegável a importância que as empresas estatais têm na economia chinesa, mesmo em face de uma relativa diminuição da participação no PIB chinês. E assim nos questionamos: qual o papel desempenhado pelas empresas estatais no paradigma de desenvolvimento chinês?

A ortodoxia liberal considera, de maneira geral, a existência de tais empresas um fator prejudicial à economia de um país. A premissa de que partem os liberais se sustenta na concepção do livre mercado como o mais eficiente alocador de recursos. A persistência do governo em manter essas empresas juntamente com outros mecanismos de controle e regulação da economia, é considerada pela visão liberal, um entrave à continuidade do desenvolvimento chinês, e que esse gradualismo somente “não comprometeu o seu desenvolvimento graças à criação de instituições tipicamente de mercado, em particular a liberalização dos preços e a política de abertura externa” (MEDEIROS, 2000, p. 381).

Chang (2007, p. 14), aponta outros “contras”. Para o autor, a explicação mais aceita para as limitações da administração de empresas estatais contem dois problemas principais chamados de *principal-agent problem* e *free-rider problem*. Ambas as imperfeições de gestão estão baseadas no pressuposto de que os indivíduos são egoístas. Para explicar o problema *principal-agent*, Chang pondera que um administrador de uma empresa estatal não geriria a firma da mesma maneira que um administrador proprietário de sua firma. Esse problema poderia ser resolvido mediante a fiscalização dos gestores (*agent*) pelos cidadãos (*principals*), verdadeiros proprietários da empresa estatal. No entanto, verifica-se a dificuldade de se identificar, por parte dos cidadãos, se o mau desempenho de uma empresa é fruto de uma atuação ruim do administrador ou de problemas que estão além de seu alcance. Esse seria o *principal-agent problem*.

Ainda tendo por base o pressuposto do indivíduo egoísta, Chang (2007, p. 14) explica-nos que o *free-rider problem* reside na ausência de incentivos e meios para o cidadão fiscalizar a ação do administrador da empresa estatal. Para o autor, o que acontece é justamente o contrário: o custo da fiscalização por parte do indivíduo é inteiramente dele, enquanto os benefícios do sucesso da fiscalização seriam de todos.

“Thus, individually, the citizens have no incentive to monitor the SOE managers, which means that in the end, no one monitors them. This is the so-called free-rider problem”.

Há, ainda, outro problema apontado por Chang (2007, p. 15): *the soft budget constraint*. Este termo foi utilizado por um economista húngaro para explicar o comportamento das empresas no planejamento centralizado, mas pode muito bem ser aplicado às economias de mercado. De acordo com esse conceito, as empresas estatais, por fazerem parte do Estado, têm facilidades para obterem assistência financeira, e dessa maneira podem atuar com um orçamento flexível (soft). Essa situação poderia desmotivar os gestores a aperfeiçoarem a administração das empresas.

Mesmo frente a esses problemas apontados, certa parcela da heterodoxia reconhece a importância histórica das empresas estatais no desenvolvimento de diversos países. Nesse sentido pode-se mencionar a participação estatal em ativos que promovam dinamização da economia, que por sua vez está relacionado com o nível de empregos; o controle de preços e oferta de bens e insumos essenciais ao aumento e diversificação da produção industrial, bem como a oferta de infra-estrutura adequada, prevendo, dessa maneira possíveis estrangulamentos, e acelerando o processo de desenvolvimento. Há ainda a possibilidade de exercer um controle macroeconômico por meio do controle de tais empresas. É nesse sentido que Jiang Zemin (2002, p. 322), presidente chinês entre 1993 e 2003 destacou o fato de que as empresas estatais constituem a “importante força com que o Estado orienta, impulsiona, reajusta e controla o desenvolvimento econômico e social”.

Daltrini (2006), todavia, enfatiza que o papel desempenhado pelas empresas estatais chinesas: “[...] vai muito além do papel tradicional das estatais em outros países, atuando em diversos setores estratégicos de tecnologia de ponta e de produtos de alto valor agregado, não se confinando a setores de insumos básicos”. Da mesma maneira, Paulino (2008, p. 6) chama-nos a atenção para o fato de que os chineses “estão perseguindo com afinco o objetivo de construir seus próprios campeões nacionais em todos os ramos de atividade”. E assim acrescenta: “é evidente que o interesse chinês não é o de reduzir o controle sobre os setores chave de sua economia, mas torná-lo mais efetivo”.

As reformas no setor industrial estatal

Para Chenxia Shi (2007, p. 856), a reforma do setor industrial estatal chinês pode ser dividida em quatro estágios: 1) concessão de maior autonomia para os gestores definirem os investimentos da empresa; 2) a implantação do sistema de contratos por responsabilidade; 3) a concentração de empresas em corporações; e, mais recentemente, a diversificação da propriedade. Ainda de acordo com o autor, a maneira gradual com que China procedeu em relação às reformas de suas empresas estatais, com reduzido nível de privatizações, se comparado com a Rússia, por exemplo, aparenta ter obtido melhores resultados ao transformar o sistema de governança corporativa no país e estimular o desenvolvimento.

Portanto, inicialmente, a reforma do setor industrial concentrou-se em delegar mais poder de decisão e a possibilidade de retenção de lucros por parte das empresas. Foi somente a partir de 1984 que se aprofundou a reestruturação. Nesse ano se instituiu o sistema de contrato de responsabilidade (*chen bao zhi*) que permitia às empresas vender os produtos que ultrapassassem a quantia estipulada pelo plano central, aumentando assim, os incentivos financeiros dos trabalhadores e gerentes das SOEs. Um dado importante mencionado por Wang (2004, p. 2), é que, ao final do ano de 1987, 80% das médias e grandes empresas haviam adotado o sistema de responsabilidade por contrato. Nesse sentido, Zheng (2004, p. 98) frisa que, antes de iniciar uma desestatização, como se verificou a partir de novembro de 1993, a China buscou obter, diretamente, tecnologia de outros países, e assim:

durante o período 1979-1996, a China assinou mais de cinco mil contratos de importação de tecnologia, tais como as de energia, de equipamentos de transporte, de comunicações e telecomunicações, e eletrônicos, assim como equipamentos e linhas de produção para indústrias de tecnologia intensiva.

No entanto, essa participação ativa do Estado no processo de modernização das empresas estatais levou a uma sobrecarga do sistema financeiro estatal chinês. Segundo Chenxia (2007, p. 857):

During the initial reform period, the Government supported SOEs through heavily subsidized bank loans to keep them operating and

solvent. This approach was unsustainable, as State Banks were nearly paralysed by the astronomical amount of bad debts and non-performing loans (CHENXIA, 2007, p. 857)

Eram necessárias medidas para sanar este problema. Em 1994, pois, foi promulgada a “Lei de Companhias” que tinha por objetivo a reestruturação das empresas em grandes corporações e ainda promover mecanismos internos de gestão das empresas que as tornassem mais eficientes mediante as pressões da exposição ao mercado (CHENXIA, 2007, p. 857). De acordo com esse documento as empresas poderiam ser “corporatizadas” em três tipos diferentes de companhias: *wholly State-owned companies, limited liability companies* e *joint stock limited companies*.

A partir de 1997, o governo chinês aprofundou ainda mais a reforma, e passou a estimular a ampliação de um setor produtivo privado, na política que se denominou “Reter as Grandes, Soltar as Pequenas” (*Zhua Da Fang Xiao*). Assim, o governo manteria a propriedade das grandes e médias empresas, reestruturando-as, ao passo que as pequenas empresas seriam privatizadas. Segundo a publicação *Universia-Knowledge@Wharton* (2008), em menos de dez anos “o número de SOEs ficou reduzido a 15% apenas do total de empresas — de 114.000, em 1996, para 34.000, em 2003 — sendo que cerca de 50% dessa redução foi consequência da privatização”. Em 2003 a participação do setor privado no PIB chinês chegou a 68%, comparados aos 50% apresentados em 1998.

Componentes institucionais da ação de controle: o caso da SASAC

É em 2003 que é dado o último passo na tentativa de tornar mais eficiente o desempenho das empresas estatais chinesas e o controle sobre elas. O decreto N. 378 do Conselho de Estado⁹ deu as diretrizes para a criação da SASAC (State Assets Supervision and Administration Commission), órgão responsável por gerir e supervisionar os ativos estatais. A primeira alteração significativa foi a delimitação legal das empresas que seriam de propriedade do governo central e dos governos locais. Haveria uma comissão para cada unidade administrativa local (províncias e regiões

⁹ Cf. STATE COUNCIL. **Decree of the State Council of the People’s Republic of China: Interim Regulations on Supervision and Management of Enterprise State-owned Assets.** No. 378, may 27, 2003.

autônomas), bem como uma comissão central representante das empresas de propriedade do Conselho de Estado, ou seja, em nível nacional. De acordo com o documento de fundação do órgão, tais comissões “perform the responsibilities of investor on behalf of the State respectively, enjoying owner’s equity, combining rights with obligations and duties, and administering assets, personnel and other affairs”¹⁰.

No artigo 5, há um ponto que merece destaque pois corrobora com a visão de que as empresas atuam nos setores estratégicos da economia chinesa. Embora o documento encoraje a promoção dos ativos estatais em todos os níveis (municipalidades e províncias), ele enfatiza que cabe à SASAC central:

*the responsibilities of investor in large State-owned enterprises, State-owned holding enterprises and enterprises with State-owned equity, which have a vital bearing on the lifeline of the national economy and State security, and in large State-owned enterprises, State-owned holding enterprises and enterprises with State-owned equity within such sectors as important infrastructure and natural resources*¹¹.

O artigo 7¹² deixa claro um dos objetivos principais dessa nova etapa da reestruturação, qual seja a persistência na separação do Estado dos assuntos cotidianos da empresa. É por isso que se delegam às SASACs os direitos de propriedade das empresas estatais. Para Naughton (2006), entretanto, essa concepção é incoerente com a realidade. O autor argumenta que para o exercício da propriedade são necessárias duas condições básicas: o poder de nomear os gestores das empresas e a retenção de lucros. Mas, apesar do aparente poder que é delegado às SASACs, desse ponto de vista elas não gozam do direito do exercício da propriedade. Para Naughton (2006) o poder de nomear os gestores anda reside na estrutura de poder do Partido Comunista. Em relação à questão da retenção dos lucros, o autor afirma que nem as SASACs, nem o orçamento dos governos que elas representam se apropriam desses lucros.

¹⁰ Cf. STATE COUNCIL. **Decree of the State Council of the People’s Republic of China: Interim Regulations on Supervision and Management of Enterprise State-owned Assets.** No. 378, may 27, 2003. Art. 4.

¹¹ Ibid, art. 5.

¹² People’s governments at all levels shall strictly abide by the laws and regulations on State-owned assets management, persist in the separation of government functions of social and public administration from the functions of investor of State-owned assets, persist in the separation of government functions from enterprise management and separation of ownership from management. (STATE COUNCIL, 2003)

Para explicar onde é que essas taxas de lucros das atuais empresas rentáveis vão, Naughton (2006) se vale de um esquema de hierarquia de três níveis que permeia a relação entre as empresas e as comissões. No topo da hierarquia estão as SASACs; em um nível intermediário as *holdings* estatais corporatizadas ao longo dos últimos anos; e na base da hierarquia encontram-se as empresas propriamente ditas. Os lucros seriam retidos, pois, pelas *holdings*. O que nos remete novamente à questão: quem são os gestores dessas empresas que controlariam o poder de decisão dos novos investimentos?

Considerações finais

Sabemos que o planejamento centralizado apresentou desajustes cuja solução era necessária. A opção adotada por Deng Xiaoping foi a de se utilizar de elementos da economia de mercado para agir em determinados setores da economia, embora houvesse outros caminhos a seguir. Do ponto de vista do setor industrial, a partir de 1978, então, houve gradativa redução da participação do Estado no setor industrial como um todo. As formas de redução da participação do Estado incluíram privatizações, concessões. Por outro lado houve uma organização por parte do Estado para aperfeiçoar o controle e fiscalização de empresas consideradas estratégicas para a manutenção do crescimento econômico chinês.

A SASAC atua legalmente, hoje, como representante da propriedade do Estado, em seus variados níveis. Entretanto a pretensa separação do Estado da administração cotidiana das empresas ainda não está clara. A nomeação dos fiscais da SASAC e dos dirigentes das empresas vinculados ao Partido Comunista pode nos indicar duas possibilidades: seria mais um processo gradual recorrente em todas as etapas da reforma, ou uma forma de se tentar inovar institucionalmente a mesma influência exercida pelo Partido Comunista, que incorpora o papel do Estado na China. Qual caminho será tomado pelos dirigentes chineses é incerto. Como sugeriu Naughton (2006, p. 2):

[...] SASAC is at the beginning of an ambitious effort to restructure the current system of state-ownership. If SASAC is succesful, it will enhance its own stature and create a more modern public sector, but this path might well be an alternative to further privatization of the economy.

Referências

- AMIN, Samir. **O futuro do maoísmo**. São Paulo: Vértice, 1986.
- BETTELHEIM, Charles. **Revolução Cultural e organização industrial na China**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CHANG, Ha-Joon. **State-owned enterprise reform**. New York: UNDESA, 2007.
- CHENXIA, Shi. Recent ownership reform and control of central State-owned enterprises in China: taking one step at a time. **UNSW Law Journal**, Vol. 30, No. 3, pp. 855-866, 2007.
- DALTRINI, Bruno Mascia. **O papel das empresas estatais no desenvolvimento da China**. (dissertação) Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- DELEYNE, Jan. **A economia da China**. Lisboa: Dom Quixote, 1972.
- DENG Xiaoping. **To build socialism we must first develop the productive forces**. Disponível em: <<http://www.english.peoplesdaily.com.cn>>. Acesso em: 20 dez. 2010.
- HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- JIANG, Zemin. **Reforma e construção da China**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- MASIERO, Gilmar. Origens e Desenvolvimento das *Township and Village Enterprises* (TVEs) chinesas. **Revista de Economia Política**, vol. 26, n.3, pp. 425-444, jul-set 2006.
- MAO, José; SECCO, Lincoln. **A revolução chinesa: até onde vai a força do dragão?**
- MEDEIROS, Carlos Aguiar. **Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China**. São Paulo: Instituto de Estudo Avançados USP, 1998.
- _____. China: entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, José Luís. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- NAUGHTON, Barry. **Growing out of the Plan: Chinese reform**, 1978, 1993. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1995.
- _____. **Top-down control: SASAC and the persistence of State ownership in China**. Nottingham: Centre for Research on Globalisation and Economic Policy, 2006.
- OLIVEIRA, Amaury Porto. China: Estado, revolução e desenvolvimentismo. **Princípios**. n. 75, pp. 43-48, out-nov, 2004.
- PIRES, Marcos Cordeiro. A estratégia de modernização da China como expressão de um “modelo asiático”. In: PAULINO, Luís Antonio. PIREs, Marcos Cordeiro.

(orgs). **As relações China-América latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades.** São Paulo: Saraiva, 2011.

POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa.** São Paulo: UNESP, 2003.

STATE COUNCIL. **Decree of the State Council of the People's Republic of China: Interim Regulations on Supervision and Management of Enterprise State-owned Assets.** No. 378, may 27, 2003.

SWEEZY, Paul. **A sociedade pós-revolucionária.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981

WANG, X. **State-owned enterprise reform and corporate governance of China.** Shanghai: Fudan University, 2004.

WHARTON. **Privatizações na China: uma estrada longa e sinuosa a percorrer.**

Disponível em:

<<http://wharton.universia.net/index.cfm?fa=viewArticle&id=1169&language=portuguese&specialId=>>>. Acesso em: 23 Jun 2008.

YASHENG, Huang. **Capitalism with chinesese characteristics.** New York: Cambridge University Press, 2008.

ZHENG, L. **O caminho do desenvolvimento econômico chinês.** In: MAGALHÃES NETO, Hamilton. *Abrindo os Olhos para a China.* Rio de Janeiro: EDUCAM, 2004.